


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)




# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti  
(Organizadora)



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /  
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa  
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## SUMÁRIO

### POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

#### **CAPÍTULO 1..... 1**

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.0112115031**

#### **CAPÍTULO 2..... 16**

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

**DOI 10.22533/at.ed.0112115032**

### SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### **CAPÍTULO 3..... 27**

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.0112115033**

#### **CAPÍTULO 4..... 38**

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

**DOI 10.22533/at.ed.0112115034**

#### **CAPÍTULO 5..... 48**

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

**DOI 10.22533/at.ed.0112115035**

#### **CAPÍTULO 6..... 60**

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

## AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa  
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

**DOI 10.22533/at.ed.0112115036**

## **CAPÍTULO 7..... 70**

### A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo  
Liliane Capilé Charbel Novais

**DOI 10.22533/at.ed.0112115037**

## **CAPÍTULO 8..... 79**

### OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira  
Márcia Cristina Barros de Oliveira  
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

**DOI 10.22533/at.ed.0112115038**

## **CAPÍTULO 9..... 90**

### O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos  
Ana Cláudia Vieira Martins  
Silvio Redon  
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

**DOI 10.22533/at.ed.0112115039**

## **CAPÍTULO 10..... 107**

### MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva  
Luciana Macedo Duarte  
Tháís da Silva Zeca Bastos

**DOI 10.22533/at.ed.01121150310**

## **CAPÍTULO 11..... 122**

### PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz  
Marisa Ighes Orsolin Morgan

**DOI 10.22533/at.ed.01121150311**

## **CAPÍTULO 12..... 133**

### A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

**DOI 10.22533/at.ed.01121150312**

**CAPÍTULO 13..... 145**

**A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC**

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

**DOI 10.22533/at.ed.01121150313**

**CAPÍTULO 14..... 156**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS**

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

**DOI 10.22533/at.ed.01121150314**

**CAPÍTULO 15..... 166**

**SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA**

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150315**

**CAPÍTULO 16..... 176**

**O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE**

Gisleane Silva de Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.01121150316**

**CAPÍTULO 17..... 188**

**O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA**

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.01121150317**

**POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA**

**CAPÍTULO 18..... 192**

**VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR**

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins  
Marcelle Queiroz de Almeida  
Ingrid Raissa Guerra Lins  
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento  
Paloma Lima dos Santos  
Rafaela Leandro Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150318**

**CAPÍTULO 19.....203**

**FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL**

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

**DOI 10.22533/at.ed.01121150319**

**CAPÍTULO 20.....215**

**CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Laryssa Sayury Garcia  
Michelle Christina de Souza Matos  
Brenda Luana Ribeiro Souza  
Lilian Mendes Pereira Barros  
Iris Tarcila da Conceição Baia  
Solange Silva Souza

**DOI 10.22533/at.ed.01121150320**

**CAPÍTULO 21.....222**

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS**

Ana Joice da Silva Peraro  
Marusa Fernandes da Silva  
Richardson Cramolichi

**DOI 10.22533/at.ed.01121150321**

**CAPÍTULO 22.....233**

**REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE**

Josélia Barroso Queiroz Lima  
Kíria Silva Orlandi  
Aline Faé Stocco

**DOI 10.22533/at.ed.01121150322**

**SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA**

**CAPÍTULO 23.....245**

**TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE**

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe  
Thaysa Maria Ribeiro Garcia  
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.01121150323**

<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>252</b>
<b>PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA</b>	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.01121150324</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>277</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>278</b>



## OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

*Data de aceite:* 01/03/2021

**Leiliane Martinz de Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/9737986449950048>

**Márcia Cristina Barros de Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/7618541093835022>

**Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante**

<http://lattes.cnpq.br/4623501646618343>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo apontar as estratégias de execução da Política de Assistência Social em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza, que integra a rede de Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) de Fortaleza, composta atualmente por vinte e sete CRAS, entre outros equipamentos da rede de Proteção Social Especial e equipamentos ligados aos Direitos Humanos. Na introdução, traçaremos um breve percurso da Assistência Social no Brasil, prosseguindo com as peculiaridades no município de Fortaleza. No segundo momento, apresentaremos o CRAS e suas mudanças de território, destacando como especificidade a ausência de prédio público para a execução de suas atividades, o que impactará diretamente no desenvolvimento do trabalho dos profissionais. Os relatos vão se construir a partir da experiência profissional das autoras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência Social;

Experiência Profissional; CRAS.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to outline strategies for implementing social assistance policy in a Reference Center for Social Assistance in Fortaleza, which integrates the Basic Social Protection network within the scope of the Single Social Assistance System of the Secretariat of Human Rights and Social Development (SDHDS) of Fortaleza, currently composed of twenty-seven CRAS, among other equipment of the Special Social Protection network and equipment related to Human Rights. In the introduction we will trace a brief course of assistance in Brazil, continuing with the peculiarities in the city of Fortaleza. In the second moment we will present the CRAS and its changes of territory, highlighting as specificity the absence of public building for the execution of its activities, which will directly impact the development of the professionals' work. The reports will build on the professional experience of the authors.

**KEYWORDS:** Social Assistance; Professional experience; CRAS.

### INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira carrega consigo as marcas de seu processo histórico de colonização europeia com características autoritárias e patriarcais, assim como as marcas do desenvolvimento do capitalismo e suas forças produtivas, refletidas na pobreza e nas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, presentes na sua população.

Com o advento da industrialização brasileira a partir da década de 1930, com efeito se deu a formação da classe proletária no país, bem como a sua organização política e sindical associada aos processos de reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. Nesse contexto, surgiram estratégias de enfrentamento das várias refrações da questão social emergentes na sociedade. As primeiras iniciativas foram ações ligadas à filantropia, promovidas pela Igreja Católica. Posteriormente, o Estado protagonizou o enfrentamento com a mediação de legislações sociais e as primeiras ações de Políticas Públicas, fruto de lutas dos movimentos sociais, interferindo nas constituições que acolhessem as reivindicações da sociedade.

A Política de Assistência Social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social como política não contributiva, ao lado da saúde, política universal não contributiva, e da Previdência Social, política contributiva a partir da Constituição de 1988. A Seguridade Social trata de garantir direitos sociais e compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos a essas três políticas, sendo a assistência social política pública de proteção social de direito do cidadão e dever do Estado. Pauta-se pela universalidade da cobertura e do atendimento, tendo direito a ela quem dela necessitar.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo:

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Fruto de um amplo processo de debates, conflitos, impasses e conquistas de organizações da sociedade civil nacionais, envolvidas com a Política de Assistência Social, e órgãos de categoria dos assistentes sociais, resultou a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993, compreendendo que a assistência social num estado democrático de direito é uma política pública que está estruturada por princípios que a norteiam.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no artigo 4:

I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação

assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão. Nesta perspectiva a igualdade de direitos é um princípio norteador. (BRASIL, 1993).

Em 2004, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pela Resolução 130 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que passa a incorporar também funções de vigilância social e de defesa dos direitos sócio assistenciais. A partir de 2005, a PNAS caminha com o processo de construção e normatização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado em julho de 2005 pelo CNAS, que deve evitar o agravamento das situações de vulnerabilidade e também garantir que os cidadãos tenham locais ou órgãos aos quais possam recorrer quando seus direitos forem violados.

Conforme cita Sposati (2009):

A inclusão da Assistência na Seguridade Social foi uma decisão plenamente inovadora. Primeiro por tratar esse campo como conteúdo da política pública, de responsabilidade estatal, e não como uma nova ação, com atividades e atendimentos eventuais. Segundo, por desnaturalizar o princípio da subsidiariedade, pela qual a função da família e da sociedade antecedia a do Estado. Terceiro por introduzir um novo campo em que se efetivam os direitos sociais. (SPOSATI, 2009, p. 14).

Como unidade de Proteção Social Básica do SUAS surgem os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) que se diferenciaram pela exclusividade da oferta do trabalho social com famílias. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)<sup>1</sup> tem dois eixos de atuação do SUAS: a matricialidade sociofamiliar<sup>2</sup> e a territorialização<sup>3</sup>.

Dentro desse contexto nacional, os primeiros CRAS no município de Fortaleza foram implantados no ano de 2004. Em 2007, com a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), através da Lei Complementar nº 0039, de 10 de julho de 2007, o município obteve uma grande conquista, redefinindo a Assistência Social e rompendo um pouco com

1 Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).

2 Refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social (**Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS)

3 Refere-se à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como seu enfrentamento.

a filantropia e benemerência das origens históricas. Com base no documento elaborado pela SEMAS em 2009, intitulado “Proposta teórico-metodológica para a territorialização da Proteção Social Básica de Fortaleza”, foram desenvolvidas propostas de implantação de novos CRAS, assim como modificações na organização do território, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade social, de acordo com Albuquerque (2012). De 2006 a 2012, teve-se uma expansão dos equipamentos da assistência social, chegando à ampliação de 8 para 24 CRAS no município.

Posteriormente, ocorreu a extinção da SEMAS, em 2014, passando a ser Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA). A partir de 2018, outra mudança aconteceu, constituindo-se, assim, a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), formada por 27 CRAS, 6 Centros de Referência Especializados (CREAS), 2 Abrigos, 2 Centros para população de rua, 4 Acolhimentos Institucionais, 1 Casa de passagem para homens e uma Pousada Social, todos ligados a Coordenadoria de Assistência Social. Ligadas aos Direitos Humanos, há as coordenadorias: da mulher, do idoso, da pessoa com deficiência, da igualdade racial, da diversidade sexual e os Centros de Cidadania de Direitos Humanos e o Disque Direitos Humanos ambos com a função de fazer articulações em nível macro, propondo projetos de intervenção em todas as políticas citadas.

Partindo para o relato da experiência vivida, exploraremos neste artigo o CRAS em questão fundado em 2004, chamado inicialmente pelo bairro onde se instalou, referenciando inicialmente somente três bairros. No ano de 2018, será possível observar que, devido a mudança de sua localização e do aumento de sua demanda, o CRAS passa a referenciar oito bairros, mudando inclusive de nome para o bairro onde está localizado atualmente.

As autoras buscam estratégias para a execução e a consolidação da Política de Assistência Social em todo o território referenciado. Algumas dessas estratégias, citadas neste artigo, trabalham a promoção e autonomia dos indivíduos por meio do protagonismo que se conquista com informação e acesso aos direitos sociais.

## **O CRAS E SUAS MUDANÇAS DE TERRITÓRIO**

O CRAS abordado, fundado em 2004, se constituirá como uma das unidades de Proteção Social Básica da Política de Assistência Social de Fortaleza, tendo inicialmente como sede de funcionamento um prédio cedido pelo Governo do Estado do Ceará, onde funcionava um antigo Centro Social Urbano (CSU)<sup>4</sup>, referenciando três bairros de Fortaleza até 2009 e tendo como nome social o nome de um desses bairros referenciados. Em decorrência de problemas com a infraestrutura do prédio nesse mesmo ano, ocorreu a

---

4 O Centro Social Urbano (CSU) é um equipamento público, criado em 1975 pelo Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (CSU), com a finalidade de promover a integração social nas cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer.

primeira mudança da sede para um prédio alugado. Com a mudança da sede, houve a ampliação da área referenciada, e o CRAS passou a atender a outros seis bairros além dos três iniciais. Em novembro de 2013, ocorreu a segunda mudança, o CRAS passou a funcionar onde anteriormente funcionava um Centro Comunitário do Idoso<sup>5</sup>, prédio novamente cedido pelo Governo do Estado do Ceará. Isso impactou novamente na área referenciada que passou a abranger os oito bairros, entre eles alguns do início de sua implantação. Nesse prédio, permaneceu por três anos, realizando as atividades e atendimentos até agosto de 2016.

Ainda em agosto de 2016, devido à falta de manutenção do prédio, o CRAS precisou novamente mudar de endereço, pois o prédio cedido pelo Governo do Estado encontrava-se em péssimas condições estruturais, com paredes danificadas pela maresia e segundo arquitetos com possíveis riscos de desabamento. Não havendo sede própria, o CRAS passa a funcionar compartilhando espaço com uma associação do território, que cedeu algumas salas para atendimentos individuais e coletivos até que o prédio fosse reformado. Permaneceu nessa associação até fevereiro de 2017 e continuou referenciando os então oito bairros.

A reforma do prédio cedido não se concretizou por vários motivos, entre eles a burocracia de quem seria responsável por tal reforma, e este foi entregue novamente para o Estado. O CRAS, então, mudou-se para outro prédio cedido pelo Estado, visto que, não poderia permanecer compartilhando espaço com a associação. Em março de 2017, passou a ocupar um prédio onde havia funcionado um projeto do Governo do Estado que foi extinto.

Nesse espaço, permaneceu somente por cinco meses. O prédio possuía boa estrutura física e estava em bom estado de conservação, no entanto, localizava-se no final do território de abrangência do CRAS e era de difícil acesso, dificultando que os usuários dos demais bairros vizinhos acessassem os serviços. Além disso, esse imóvel localizava-se em uma área de grandes conflitos ocasionados pela violência urbana, dificultando o acesso de profissionais e usuários ao equipamento. Soma-se a isso o fato de que o imóvel não possuía disponibilidade de rede telefônica e internet, dificultando o trabalho dos profissionais no atendimento ao usuário. Após a saída desse espaço físico, o CRAS passou ainda por dois outros locais até que, em janeiro de 2018, finalizou-se em um processo de locação de uma casa onde permanece funcionando até os dias de hoje, não mudando seus bairros referenciados.

O referido CRAS referencia aproximadamente 300 famílias em acompanhamento PAIF, de acordo com os dados de junho de 2019 do Registro Mensal de Atendimentos (RMA)<sup>6</sup>, tendo em sua equipe técnica um coordenador, uma assistente social, uma

5 Equipamento que antecede aos CRAS, os Centros de Convivência dos Idosos surgiram na década de 1970 com a alternativa de promover participação social e caridade aos indivíduos com mais de 60 anos, com condições de convivência grupal, podendo ser ou não acompanhado de algum cuidador.

6 O Registro Mensal de Atendimentos (RMA) é uma importante ferramenta que contribui para a qualificação das infor-

pedagoga, uma psicóloga, um educador social, além de profissionais de nível médio.

Além do PAIF, também são ofertados, entre outros, os seguintes serviços: Orientação/encaminhamento e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>7</sup>; o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)<sup>8</sup>, composto por 75 participantes, na maioria idosos; e o Cadastro Único<sup>9</sup>, para Programas Sociais do Governo Federal. O CRAS funciona cinco dias da semana de 8h às 17h, totalizando uma demanda de aproximadamente oitocentas pessoas ao mês, com atendimento por ordem de chegada, sem necessidade de marcação prévia.

## DESAFIOS DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NO CRAS

Para iniciar esta discussão, pode-se citar o primeiro desafio diante do contexto apresentado anteriormente: o território referenciado pelo CRAS. Não por ser mais importante, mas apenas para organização das ideias, a dimensão territorial composta por oito grandes bairros de Fortaleza, após as várias mudanças, deixa evidente os grandes desafios que a equipe de profissionais tem para atender as demandas iminentes de todos esses bairros, que têm um índice de desenvolvimento humano abaixo de 1 (um), de acordo com dados coletados do documento titulado “Diagnósticos Socioterritoriais dos CRAS de Fortaleza”. Também há nesse documento um total de 18.328 famílias referenciadas, com base no ano de 2016, por isso não se pode considerar um dado atualizado, podendo esse número ser bem maior, levando em consideração a vulnerabilidade social da população desses bairros. Esses dados estão bem aquém do desejado e orientado pelos instrumentais da política, pois um CRAS de metrópole deveria referenciar somente até 5.000 famílias.

Além desse aspecto, há ainda as diversas mudanças de sede, tendo em vista a ausência de prédio próprio, que impactam de forma negativa no reconhecimento dessa população enquanto usuária dos serviços ofertados e nos vínculos dos profissionais com as famílias atendidas, dificultando a continuidade das ações junto a esses territórios

No ápice da incerteza de onde o equipamento de fato se fixaria, observávamos todo o desafio das famílias em acessar os serviços, alguns temporariamente interrompidos, pela falta de condições mínimas de execução e o desafio da equipe em atender às famílias de referência. Os episódios recorrentes impactavam diretamente em todas as ações e mações no âmbito do SUAS, uma vez que serve para contabilizar os atendimentos realizados e o perfil da população usuária e os serviços mais demandados nos CRAS, CREAS e Centro POP. A resolução CIT n. 04, de 24 de maio de 2011 e alterado pela Resolução nº 20/2013 instituiu parâmetros nacionais para o registro dessas informações e definiu o conjunto de dados que devem ser coletados, organizados e armazenados pelas referidas unidades em todo o território nacional.

7 Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

8 Serviço ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias, que realiza atividades em grupo, para idosos, crianças e adolescentes. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

9 É um banco de informações sobre as famílias de baixa renda, abrangendo procedimentos, tecnologias e sistemas eletrônicos que permitem os processos de cadastramento e perfis de acesso aos diversos benefícios do governo.

serviços.

Prosseguindo, trazemos a discussão das condições de trabalho e os vínculos empregatícios, considerando um grande desafio a ser enfrentado pela assistência. As contratações dos profissionais de nível superior se dão por meio de contratos de seleção pública temporários, com vigência de um ano, podendo ser prorrogado por mais um, caso a gestão e o profissional tenham interesse, sendo ao final dessa prorrogação desligado automaticamente de suas atividades. Salientamos que as coordenações também possuem um vínculo profissional temporário, pois são nomeados ou exonerados de acordo com escolhas da gestão, não se constituindo como funcionários públicos efetivos. A questão é abordada pela autora Raichelis (2011) através desta citação:

Essa dinâmica de flexibilização/precarização/desregulamentação atinge também as relações e o trabalho dos profissionais de nível superior que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais, gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais trabalhistas, pressões pelo aumento de produtividade, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, ampliação da competição entre trabalhadores, adoecimento, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada. (RAICHELES, 2011 p. 41).

A alta frequência da rotatividade profissional nesses espaços gera um paradoxo: como se explica que uma categoria que visa fortalecer vínculos em sua atuação, onde o seu foco é desenvolver ações de trabalho concretas, continuadas e permanentes com famílias, possa vivenciar relações de trabalho tão fragilizadas? O vínculo frágil não lhe apresenta nenhuma garantia de permanência e por consequência a descontinuidade das suas ações.

Dessa forma, o principal serviço ofertado pelo CRAS, o PAIF, que deveria ter ações de caráter continuado com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, não produz os resultados planejados.

Outro ponto salutar diz respeito às formas de coletas de dados de atendimento e registros de serviços ofertados pelo CRAS, que são ainda feitos de forma manual, pois não existe um programa informatizado de coletas desses dados. Muitos serviços contam com o registro de informações em documentos manuais, os quais podem ser perdidos ou danificados quando armazenados por muito tempo. A coordenação é responsável pela consolidação desses dados através de dois relatórios: o RMA, citado anteriormente, e o Relatório Quantitativo Mensal (RQM)<sup>10</sup>, consolidados de dados estatísticos de controle do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e do município respectivamente. Para o

---

10 O Relatório Quantitativo Mensal (RQM) é uma importante ferramenta que contribui para a qualificação das informações no âmbito da vigilância socioassistencial do município, contendo informações coletadas, organizadas e armazenadas pelos referidos CRAS do município.

acompanhamento das famílias do PAIF, a equipe disponibiliza até o momento do Prontuário SUAS caderno manual, embora alguns CRAS de Fortaleza já utilizem o Prontuário SUAS eletrônico. A ferramenta é de grande importância para os registros de intervenções junto às famílias, no entanto, a grande demanda e fluxo de atendimentos, além da necessidade da coleta de outros dados, também manual, prejudica o preenchimento do prontuário na sua íntegra.

Poderíamos elencar outros pontos nesse conjunto de desafios e dificuldades para atuar nessa política, mas entendemos que a partir dos citados anteriormente já se consegue perceber a dimensão desafiadora do fazer profissional.

## AS ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Superar significa transpor aquilo que nos desafia a fim de encontrar soluções para o que nos parece quase impossível. Assim, é preciso compreender que no cotidiano, além de adversidades, há também possibilidades, sendo um espaço de criatividade, de resistência e de construção de perspectivas. Desse modo, o desafio é pensar o cotidiano não só como o passar dos dias, mas como um espaço contraditório e complexo, onde se constrói e reconstrói o trabalho.

Nesse sentido, buscamos possibilidades de enfrentamento de todos os desafios citados anteriormente, fortalecendo a Política de Assistência Social e potencializando a atuação profissional enquanto assistentes sociais comprometidas com essa política. De acordo com Faleiros (2014), o cotidiano nos incita a um compromisso ético político, com vistas a buscar romper com o processo de alienação comum ao contexto capitalista em que se inserem as nossas ações profissionais.

O compromisso ético do cotidiano é uma dimensão crucial da ação profissional para superar as alienações de si mesmo em relação ao contexto capitalístico das instituições. As instituições sociais nas quais assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e outros profissionais exercem suas atividades, postulam como valores a produtividade, a exequibilidade, o controle pelo alto, a eficiência na redução de tempo e custo [...]. (FALEIROS, 2014, p. 719).

No contexto de diversas mudanças de território, buscamos a armazenagem mais correta possível para a preservação das informações relevantes dos registros de atividades e atendimentos, relatórios, planilhas de dados e prontuários SUAS, estes guardados em caixas de papelão com identificação do material e o material digital salvos em *pen drive*.

Após o equipamento se fixar no bairro onde está hoje, a equipe iniciou reuniões sistemáticas de planejamentos para organizarem a prestação de serviço, levando em consideração que os territórios referenciados permaneceram os mesmos, mas que era necessária uma busca ativa das famílias acompanhadas, assim como a divulgação no novo endereço do CRAS para usuários e para a rede socioassistencial e políticas intersetoriais



como um todo. Tais reuniões foram importantes para traçar quais atividades teriam prioridade dentro da escala de serviços ofertados no CRAS. Iniciamos pela busca ativa de usuários por meio de visitas domiciliares e por telefone, em especial com os participantes do SCFV para idosos, que já estavam sem encontros há quase dois anos. Paralelamente junto as ações sociais de cadastro único no território, nas escolas, nos postos de saúde e em várias associações, distribuímos informativos com o endereço novo do CRAS. Também houve divulgação em um jornal de circulação do bairro, além da divulgação dos próprios usuários que buscavam o serviço de forma espontânea.

As visitas institucionais à rede referenciada pelo CRAS também fizeram o diferencial para o retorno das ações junto à comunidade, pois, não havendo espaço suficiente para atividades coletivas no novo endereço, a equipe buscou parcerias com escolas, associações, igrejas e os diversos equipamentos do território para a realização de encontros. Isso configurou importantes articulações com a rede socioassistencial e as políticas intersetoriais do território, por meio das quais se conseguiu espaço físico para a realização do SCFV, grupo PAIF, além da aproximação e fortalecimento de laços com a rede de apoio.

No que se refere a rotatividade dos profissionais, a estratégia de superação de tal questão deveria se dar através da efetivação por meio de concurso público, no entanto, não existe previsão para realização de concurso para a área no município de Fortaleza. Apesar do fato, a equipe trabalha com a responsabilidade e o compromisso ético e realiza os registros necessários para que profissionais novatos que se insiram nessa política e deem continuidade ao processo de acompanhamento das famílias. Embora alguns registros sejam manuais, existem arquivos digitados que são salvos em e-mail institucional.

Acreditando na importância da formação continuada e que os serviços prestados precisam estar articulados entre si para a melhor implicação dos resultados junto a comunidades, elaborou-se uma proposta de capacitação para todos os funcionários lotados no CRAS. Após aprovação da secretaria, a capacitação foi executada em três dias com os seguintes temas: “Trabalhando o que é direito: os direitos sociais e a Seguridade Social”, “A Política de Assistência Social e os serviços ofertados no CRAS” e “Meu fazer profissional (NOBSUAS/RH), trabalho interdisciplinar”. Com o objetivo de fortalecer a execução dos serviços prestados no CRAS e visando a excelência no atendimento ao usuário pela política, buscou-se proporcionar também um momento atrativo e de troca de conhecimentos entre os profissionais, realizando nos encontros apresentações em equipe, dinâmicas de grupo, construção de painéis a partir do olhar dos próprios profissionais e exposições dialogadas.

Concluindo essa capacitação, foi feita uma avaliação com os participantes com o objetivo de colher um *feedback* dos pontos positivos, negativos, sugestões e críticas para aprimoramento de momentos posteriores, tendo como resultado muitos elogios e os relatos da importância daquele momento para a equipe.

As estratégias não se encerram por aí, considerando que os desafios se renovam

cotidianamente e que, a cada novo desafio, novas estratégias devem ser buscadas. Mesmo velhos desafios necessitam de alternativas para seu enfrentamento. Entendemos que o principal movimento para identificação dos desafios e suas estratégias é a reflexão do nosso cotidiano.

De acordo com Yolanda Guerra (2014):

Foi dito que a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentais existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. (GUERRA, 2014).

A busca pelo afastamento da mera repetição das ações e da rotina sem a criticidade necessária para superação do superficial e a partir disso conseguir realizar nossas ações na lógica da garantia dos direitos sociais e consolidação do projeto ético-político da profissão.

Carvalho (2000, p. 56) afirma que é:

[...] preciso pensarmos de forma mais clara e menos leviana a direção social de nossa prática. Não só porque trabalhamos especialmente na mediação dominados/dominantes, mas também porque parece que a leitura da realidade complexa que vivemos hoje e o *avenir* são tarefas difíceis, assim como a escolha dos processos e das estratégias de ação. (CARVALHO, 2000, p.56).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, buscamos destacar as principais estratégias para a superação dos desafios na execução da Política de Assistência Social, considerando claro que a Assistência Social em Fortaleza ainda tem muito a percorrer para se tornar de fato uma política de Estado, efetivando os princípios e diretrizes do SUAS na sua integralidade.

Foi possível perceber o quanto é necessário a articulação com a rede socioassistencial e as políticas intersetoriais, pois a integração destas é fundamental para que a garantia de direitos se efetive em uma perspectiva intersetorial, na qual se deve buscar estratégias para aprimorar a informação para a população, visando o acompanhamento real e eficaz e buscando superar as situações de risco sociais.

Nessa perspectiva, a igualdade de direitos é um princípio norteador da assistência, uma vez que ela busca atender a quem dela necessitar justamente para sobrepor a equidade como meio de equiparar o acesso aos bens e serviços, de modo que todos

possam participar dos direitos e garantias assegurados persistindo pela busca da justiça, onde cada pessoa possa ser tratada conforme a sua peculiaridade.

Diariamente a questão social se apresenta de forma muito marcante, não somente para usuários que vivenciam suas refrações em diversos aspectos, mas o profissional também padece dessa questão: ele sente de modo direto que o objeto de sua intervenção manifestase na dimensão da desigualdade, de modo que ele também enfrenta questões subjetivas e conflitantes em sua atuação profissional. Dessa forma, usuários e profissionais se submetem ao legado trazido pelo modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **Assistência social em Fortaleza: Uma Política de direito em construção.** Fortaleza: UECE, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8742, de 7 de novembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Brasília, 7 nov. 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** 2ª ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF.** 1. ed. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS.** Brasília, novembro de 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica.** São Paulo: Cortez, 2000.

FALEIROS, Vicente. de Paula. O serviço social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo: Cortez, n. 120, p. 706-722, out./dez. 2014.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

RAICHELES, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária.** Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SDHDS. **Diagnósticos socioterritoriais dos CRAS de Fortaleza.** Fortaleza, 2018.

SPOSATI, Aldaíza. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília, 2009.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

### B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

### C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

### D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

### E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

## **F**

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

## **G**

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

## **I**

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

## **J**

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

## **L**

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

## **M**

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

## **P**

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

## **Q**

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

## **R**

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

## **S**

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

## **T**

Totalitarismo 3

## **V**

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244


Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora


Ano 2021

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



# O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**  
Editora

Ano 2021